

Programa de direitos humanos de FH ficará nas mãos do Congresso

Presidente lança plano amanhã mas vai depender da aprovação das emendas

Ascânio Seleme

• **BRASÍLIA.** Apesar de enumerar mais de cem propostas de ações governamentais para combater a violência contra o ser humano no Brasil, o Programa Nacional de Direitos Humanos, que será lançado amanhã pelo presidente Fernando Henrique, é muito mais uma declaração de vontade política do que um instrumento de transformação. O Governo sabe disso e trabalha com a perspectiva de aplicar amplamente as regras contidas no programa apenas a partir do ano que vem.

Alguns dos mais importantes pontos do documento dependem de emendas à Constituição e outros serão objetos de projetos de lei específicos.

O Congresso Nacional terá que aprovar, por exemplo, as regras que estabelecerão o delito contra os direitos humanos e que tipificarão o crime de tortura. Outras propostas também não serão tocadas agora por falta de recursos orçamentários. A substância do programa, contudo, não deixa dúvidas sobre as inovações de qualidade apresentadas como forma de reduzir a violação dos direitos humanos.

Um dos artigos mais polêmicos do documento, o que trata da "luta contra a impunidade", foi antecipadamente mutilado pelo Senado Federal. Na quinta-feira passada, o Senado reduziu a abrangência do projeto de lei que transferia para a Justiça comum a atribuição de julgar os crimes cometidos por policiais militares, que hoje são julgados pela Justiça Militar. O Governo apoiava a aprovação do projeto e deixa isso claro

no Programa. A maioria dos demais pontos desse artigo será submetida ao Congresso.

Pelo menos um deles, o que regulamenta o artigo constitucional que estabelece o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, será alvo de lobby tão forte quanto o da Polícia Militar. O chefe de gabinete do Ministério da Justiça, o advogado José Gregori, entende que o simples fato de existir confere importância fundamental ao Programa Nacional de Direitos Humanos.

— É a primeira vez que um país da América Latina dispõe sobre o combate à violação dos direitos humanos num programa amplo como esse. Em seus aspectos gerais, trata-se de um avanço muito grande que se propõe ao Brasil. Esse não é um programa só do Governo, é também da sociedade brasileira — disse Gregori, coordenador dos trabalhos e redator do texto final do Programa.

Plano prevê mudança na formação de policiais

O documento é ambicioso. Além de fixar regras novas no tratamento dos crimes contra o ser humano, propõe modificação substantivas nos equipamentos de segurança oficiais e no caráter da formação dos agentes de segurança. Os cursos de formação profissional de policiais civis e militares, por exemplo, terão uma cadeira específica sobre os direitos humanos.

A polícia, segundo o texto do documento do programa, deve estar a serviço da cidadania e não contra ela. Algumas sugestões só poderão ser implementadas a partir do ano que vem, ou do próximo

orçamento federal. Muitos projetos, principalmente os que dispõem sobre a informatização e a modernização de instituições federais, não têm dinheiro disponível no orçamento em exercício.

— Poderemos realocar recursos de um para outro ponto dentro do orçamento dos organismos de segurança. Hoje, dispomos de R\$ 28 bilhões para a segurança e muito desse dinheiro pode ser redirecionado para atender os princípios do Programa. Varbas novas, criadas especialmente para contemplar a proposta, só estarão disponíveis no ano que vem, em 1997 — explicou José Gregori.

Dois mapas encomendados a instituições governamentais e não governamentais vão identificar por onde passam e por que ocorrem os conflitos da terra e a violência urbana.

O professor Marcos Ackerman, do Departamento de Estudos Contemporâneos da Universidade de São Paulo, coordena um grupo de trabalho que produz mapas pilotos da violência urbana nas cidades de São Paulo, Rio, Salvador e Porto Alegre.

O objetivo básico é identificar os serviços públicos disponíveis nos locais onde mais ocorrem crimes nas grandes cidades.

Num dos bairros mais violento o poder público não existe

O bairro mais violento do mundo fica na zona oeste de São Paulo. Em Santa Efigênia, segundo os dados já coletados por Ackerman, o poder público quase não existe. Falta tudo, até iluminação pública adequada.

— A delegacia mais próxima fi-

ca a quilômetros de distância dali. Com esses mapas, os governos federal, estaduais e municipais terão dados para saber como intervir no combate à violência. Mas sabemos desde já que em Santa Efigênia mais crimes são cometidos do que na região mais violenta do país mais violento do mundo, que é a Colômbia — exemplifica José Gregori.

O Programa de Direitos Humanos sugere ações específicas que se distribuem nos seguintes capítulos: proteção do direito à vida; luta contra a impunidade; proteção do direito à liberdade; proteção do direito a tratamento igualitário perante a lei; educação e cidadania; e ações internacionais para a proteção e a promoção dos direitos humanos. A garantia dos direitos das minorias está contido no ponto que define tratamento igualitário perante a lei e agrupa legislação já em vigor com propostas novas.

Amanhã, quando ele for lançado pelo presidente Fernando Henrique, o massacre de sem-terra no Sul do Pará, onde morreram 19 trabalhadores rurais em confronto com a Polícia Militar, estará quase completando um mês.

Outro grave fato de impunidade no país ocorreu semana passada: a Justiça decidiu que os presos mortos no confronto que vitimou 111 detentos na Casa de Detenção, em Carandiru, São Paulo, é que foram responsáveis pela chacina. Esses dois fatos, além da decisão do Senado, levarão o Governo a divulgar com mais ênfase e trabalhar em todas as frentes para viabilizar seu plano de combate aos crimes contra os direitos humanos. ■